

A COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA E O CLUBE DE ENGENHARIA: UMA ABORDAGEM SOBRE O ESTADO

Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen - PPG-UFF

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar resultados de um estudo em desenvolvimento sobre a história do setor de energia elétrica brasileiro, que tem como objeto específico a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), no período de 1909 (data da sua constituição) a 1927 (data de sua venda a American and Foreign Power Company Limited -Amforp).

Esta companhia era uma empresa de serviços públicos do setor de energia elétrica no Brasil, e no quadro em que se verificou a sua criação – o da conjuntura histórica marcada pela consolidação da atividade industrial, no Centro-Sul do país; pela migração da lavoura de café para as terras paulistas; pela abolição da escravidão; pelas reformas monetárias de 1888 e 1890, pela mudança para o regime republicano, etc. -, significou a elaboração e concretização de um projeto que fazia parte da construção do setor de energia elétrica no país, também marcado pela ausência de uma definição do quadro jurídico em relação a este setor. Ou seja, num momento da história do Brasil em que havia o predomínio dos grupos agrários, sob hegemonia dos cafeicultores paulistas, mas que apresentava também grandes perspectivas para o crescimento dos serviços urbanos.

Algumas questões de natureza teórica devem ser destacadas no que respeita a esta abordagem sobre a CBEE e o Clube de Engenharia, uma associação surgida em 1880, que agregava todos os que se diziam preocupados com o desenvolvimento da engenharia e indústrias brasileiras.¹

¹ CLUBE DE ENGENHARIA. HONORATO, Cezar Teixeira (coord.). *O Clube de Engenharia nos Momentos Decisivos da Vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia/Construtora Norberto Odebrecht S/A. p.31.

Partindo do pressuposto de que o Estado não é tão somente o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito, mas também o conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia - correspondendo ao espaço onde ocorre a ação política consciente pretendendo alcançar certos objetivos-², buscamos observar algumas das discussões envolvendo o tema energia elétrica, feitas no Clube de Engenharia, no início do século XX³. Portanto, pretendemos observar a participação de engenheiros e industriais nas discussões do Clube de Engenharia⁴, onde a partir dos pareceres do Conselho Diretor, tentavam inscrever seus interesses nos quadros da sociedade política; mas também enfatizar a existência de disputas hegemônicas ocorridas dentro do Clube, onde havia uma variada gama de interesses embutidos.

O Clube de Engenharia foi fundado em 24 de dezembro de 1880, na cidade do Rio de Janeiro, institucionalizando as reuniões de engenheiros que se realizavam nas dependências da papelaria de propriedade de Conrado Niemeyer à Rua da Alfândega, nº seis, destinando o sobrado da loja à instalação da 1ª sede do Clube. Virou uma instituição a serviço da engenharia, promovendo conferências, exposições e congressos, elaborando pareceres sobre inúmeras consultas formuladas pelo governo, por empresas e particulares, e publicando, além da sua revista, diversos documentos e memórias, estabelecendo, inclusive, ligações com

² O Estado é entendido como uma relação social, ou seja, um espaço onde se condensam as relações sociais de uma dada sociedade; um espaço de consenso obtido através dos aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil) e do Estado restrito (sociedade política), além, é claro, das relações entre tais elementos. Portanto, concebe-se a idéia de que a disputa pelo poder (hegemonia) está na sociedade civil o tempo todo e não só na sociedade política. GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

³ Esta associação é aqui considerada como um aparelho privado de hegemonia, ou seja, um espaço onde há organização de interesses de determinadas frações de classe – em especial, dos industriais -, tentando inserir suas demandas nos quadros da sociedade política. No entanto, corresponde, ao mesmo tempo, a um *locus* de disputa hegemônica, onde se aglutinam agentes dotados de inserção determinada na estrutura social vigente e que buscam defender seus interesses, quase sempre marcados por conflitos.

⁴ Cabe aqui ressaltar alguns trabalhos que tentam estabelecer relações estreitas entre os engenheiros e a indústria. Karwamo, Lili. *Engenheiros, trabalho e ideologia*. São Paulo: Ática, 1979; TURAZZI, Maria Inês. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: a Engenharia, a Indústria e Organização do Trabalho na Virada do Século XIX e início do XX*. Rio de Janeiro: Coppe, São Paulo: Marco Zero, 1989; DIAS, José Luciano de Mattos Dias. “*Engenheiros do Brasil*”. In: Ângela de Castro Gomes (org). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

industriais da época. Os próprios estatutos realçavam que entre seus objetivos estavam estruturadas relações entre as classes de engenheiros e os vários ramos de industriais.⁵

“Art. 1. A sociedade – Clube de Engenharia- tem por objeto promover e estreitar relações entre as classes de engenharia e as dos vários ramos industriais, no que diz respeito aos interesses recíprocos das suas profissões”.

A sociedade tem por fim:

Art. 4. Par. 2º. Reunir todos os dados e elementos concernentes ao comércio, indústria e artes para formular mensal e anualmente suas tabelas.”⁶

Em 1874, com a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em substituição à Escola Central, a formação do engenheiro civil ganhou plena autonomia, desvinculando-se do ensino militar. Esta escola se manteve como o principal centro gerador da engenharia nacional, e o Clube de Engenharia surge como uma extensão quase natural da Escola Politécnica, pois congregava quase todos os recém-formados alunos da escola. Além de engenheiros, o Clube reuniu também negociantes e políticos de várias partes do país, sobretudo do Rio de Janeiro⁷.

Entre eles, e que nos interessam mais de perto, estavam, além de Cândido Gafrée (1882) e Eduardo P. Guinle (1885), dois nomes de peso e que se tornaram sócios da CBEE, a partir da sua constituição, em 1909: Jorge Street (1896) e Gabriel Osório de Almeida (1891)⁸, que faziam parte do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, órgão encarregado, entre outras tarefas, de discutir e votar os pareceres solicitados à entidade. Estes industriais e sócios do Clube de Engenharia eram agentes sociais concretos, econômico e socialmente situados numa dada estrutura de classes, e portadores de interesses, e vão disputar dentro do Clube a

⁵ CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Debates no Clube de Engenharia: energia elétrica em questão*. (coord.) Paulo Brandi de Barros Cachapuz. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2001. P. 31-36. Vânia Cury ressalta que na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933), o Clube teve uma atuação pragmática da função do engenheiro no campo material da sociedade. CURY, Vânia. *Engenheiros e Empresários: o Clube de Engenharia na Gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)*. Tese de Doutorado. UFF, 2000.

⁶ Estatutos do Clube de Engenharia, aprovados pelo Decreto n. 8.2253, de 10 de setembro de 1881. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

⁷ Os nove presidentes do Clube de Engenharia, no período de 1880 a 1930, foram formados, em sua maioria, na Escola Militar do Rio de Janeiro, Escola Central e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Eram oriundos do Estado do Rio de Janeiro (6) e Minas Gerais (3). Revista do Clube de Engenharia, 1922. Pp 49-57.

⁸ Os anos de filiação dos sócios mencionados aparecem nas datas entre parênteses. Eduardo P. Guinle foi o 2º Vice-Presidente do Clube de 900 a 1912, substituído por Cândido Gafrée, e depois por Jorge Street. Cândido Gafrée ficou no Conselho Fiscal do Clube, pelo menos, de 1900 a 1913, quando substituiu Eduardo P. Guinle na vice-presidência. Gabriel Osório de Almeida foi presidente do Clube de 1900 a 1902, depois membro do Conselho Diretor, tornando-se, inclusive, membro vitalício. Em 1913, Guilherme Guinle entra para o Conselho Diretor. Eduardo P. Guinle, Eduardo Guinle, Cândido Gafrée e Gabriel Osório de Almeida eram também sócios beneméritos. Revista do Clube de Engenharia. N° 1-26 (1900-1913 e 1922).

fala dominante, tentando fazer valer suas posições. É fundamental destacar, entretanto, que o discurso é uma das dimensões da prática social, e é complexo, pois não se restringe ao evento discursivo; na verdade é composto pelo texto, pela prática discursiva e pelas relações sociais. O movimento entre esses três elementos é que possibilita a compreensão do discurso.

Gabriel Osório de Almeida nasceu na cidade de Pouso Alegre, em 1854, e em 1874, matriculou-se na antiga Escola Central, mais tarde, Escola Nacional de Engenharia, formando-se em 24 de dezembro de 1880. Começou sua carreira ferroviária como simples condutor de segunda classe na Estrada de Ferro Pernambuco e depois, sucessivamente, ajudante da Estrada de Ferro de Porto Alegre e Uruguaiana. Ocupou cargos de engenheiro-ajudante no prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, de diretor da Companhia de Obras Públicas de Minas Gerais, de engenheiro da Diretoria de Obras da capital de São Paulo, de consultor técnico do Ministério da Indústria e Obras Públicas, de diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, quando Lauro Muller era Ministro da Viação, na presidência Rodrigues Alves, *de diretor da Cia. Docas de Santos, diretor da Cia. De Fósforos “Cruzeiro”*⁹, presidente do Conselho Municipal quando prefeito Bento Ribeiro, Rivadávia Corrêa e Azevedo Sodré. Foi ainda presidente do Clube de Engenharia (1900-1902).¹⁰

Jorge Street nasceu em 22 de dezembro de 1863, na cidade do Rio de Janeiro, e destacou-se como um dos homens que mais lutaram pelo desenvolvimento industrial do país¹¹. Sua formação superior iniciou-se na Alemanha, onde fez Curso de Humanidades; prosseguiu seus estudos no Brasil, formando-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; voltou em seguida à Europa, em viagem de estudos, percorrendo vários centros científicos. Dedicou-se às atividades industriais, adquiriu e dirigiu as fábricas de juta “São João”, primeiro núcleo da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ) e “Rnak”, no Rio de Janeiro, dirigiu

⁹ Grifo nosso. A Cia. Docas de Santos e Cia de Fósforos “Cruzeiro” eram do grupo Gafrée-Guinle.

¹⁰ Ficha de associado do Clube de Engenharia e SCHOPPA, René Fernandes. *150 anos do Tem no Brasil: 30 de Abril de 1854-2004*.s/ed.,2004. P. 48. Gabriel O. de Almeida, além de acionista fez parte do Conselho Fiscal da CBEE em 1910. Relatório da CBEE. D.O. Abril de 1910. p. 3113. Arquivo Nacional.

¹¹ Várias informações tiradas de: FILHO, Evaristo de Moraes (org). *Idéias Sociais de Jorge Street*. Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa/ Mec, 1980.

a Cia. Docas de Santos. Transferindo-se para São Paulo, lá fundou as fábricas “Maria Zélia”, “Santana” e “Santa Celina”. Além da atividade industrial, ocupou cargos importantes: em 1900 foi eleito para a Diretoria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; em 1904 torna-se Secretário-Geral do Centro Industrial do Brasil (CIB); de 1905/1907 foi o 1º secretário do CIB; em 1912 foi eleito presidente do CIB; em 1926 é eleito Presidente do Centro de fiação e Tecelagem de São Paulo; em 1928 assume a direção da Associação Comercial de São Paulo; em 1931 é nomeado Diretor Geral do Departamento Estadual do Trabalho e consultor Técnico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da qual foi fundador e fez parte da sua primeira diretoria.¹²

a) A questão da energia elétrica no Clube de Engenharia

Antes da virada do século, a questão da energia elétrica apareceu na pauta de debates do Clube de Engenharia.¹³ No entanto, ao longo do ano de 1906, em várias sessões do Clube, houve um debate sobre o preço do kWh para iluminação no Rio de Janeiro que nos interessa mais de perto, por ser uma discussão que tinha como pano de fundo a disputa entre a Guinle & Cia¹⁴, antecessora da CBEE, e a Light and Power, pelo fornecimento de energia elétrica na Capital Federal.

¹² CARONE, Edgar. O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977). Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978.p.172. Jorge Street, além de acionista, foi membro do Conselho Fiscal da CBEE em 1910, 1911, 1912.1914,1915, 1916 e 1917. Informação retirada dos relatórios da CBEE. D.O. de Abril de 1910.p. 3115;Abril de 1912 p.5626;Abril de 1915p.5605;Abril de 1914p.5487;Abril de 1916p.5115;Abril de 1917. 4354 –Arquivo Nacional.

¹³ Em janeiro de 1882 estudou-se o sistema de iluminação elétrica concebido por Thomas Edison; em fevereiro do mesmo ano, uma comissão investigou o acidente no dínamo de 10HP pela Associação Industrial no prédio do Ministério da Agricultura; em 1884, uma comissão realizou experiências comparativas entre a iluminação a gás e a iluminação pelas lâmpadas elétricas Weston; em 1895, a Revista do Clube iniciou a publicação de um trabalho dedicado a história da iluminação no Rio de Janeiro. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Op. Cit.* pp. 39-47.

¹⁴ A Guinle& Cia, constituída em 1904, cujos sócios solidários eram Eduardo Guinle e Guilherme Guinle, filhos de Eduardo P. Guinle vai ser a maior acionista da CBEE, fundada em 1909 e cujo objetivo principal era fornecer energia elétrica para a cidade do Rio de Janeiro. A CBEE vai assumir praticamente todos os compromissos firmados pela Guinle&Cia. Além da Guinle&Cia e outros, constavam da lista dos acionistas: Eduardo P. Guinle, Cândido Gafrée, Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street. Ata da primeira reunião da assembléia de Constituição da CBEE. Diário Oficial, junho de 1909. fl.4217.

Paulo de Frontin, presidente do Clube de Engenharia, solicitou ao professor Henrique Morize um estudo sobre o preço do Kw/h para iluminação pública e particular na cidade do Rio de Janeiro.¹⁵ Em 05/02/1906, Morize apresentou os resultados de seu estudo, onde enfatizou a importância do fator carga para o cálculo da nova tarifa, além de propor revisão de várias cláusulas do contrato original.

Nas falas de Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street – que criticam contundentemente os resultados do estudo do professor Morize, pois negam a importância do fator carga como determinante do preço da iluminação, criticam a comparação com o preço do kWh no estrangeiro, ressaltam o caráter muito mais teórico que prático do trabalho, etc. -, em sessões de 12/02/1906 e 05/03/1906, respectivamente, ficam claramente evidenciadas as posições em disputa dentro do Clube de Engenharia:

“(...) Toma para base o cálculo que fez o que lhe forneceu o Sr. Mitchell, empregado da Light and Power Company. (...) Morize poderia ter levado em consideração o preço contratado pela Guinle & Cia para fornecimento de energia elétrica a Cia. Cantareira ou o preço constante na proposta de Gafrée & Guinle para fornecimento de energia elétrica a vários serviços de viação urbana e indústrias da Capital Federal, apresentado em 18/03/1905 ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas”.

“Os Srs. Gafrée & Guinle são industriais práticos e perfeitamente conhecedores dos negócios em que entram e, mesmo nesta questão de energia hidroelétrica, agem com pleno conhecimento de causa (...), julgam os preços de seu projeto, não preços de favor ou combate, mas, sim, preços perfeitamente remuneradores dos serviços prestados”¹⁶.

O objeto desta contenda¹⁷, marcada pela oposição enfática de Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street aos resultados do estudo do professor Morize, referia-se, em última instância, a uma disputa pela fala hegemônica dentro do Clube e, por extensão também fora

¹⁵ Visava discutir o preço da tarifa porque a SAG (Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro), concessionária do serviço, tinha assinado um contrato como o governo federal para fornecer energia elétrica a partir de gás ou vapor e, caso substituísse por motores hidráulicos, deveria haver redução nas tarifas. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Op.cit.* p. 84.

¹⁶ Revista nº 21 de 1910. p.60-72 e 202-203.

¹⁷ Em discurso na sessão de 22/02/1906, o Sr. Pedro Luiz Soares de Souza, alega que a Guinle & Cia pode oferecer preços melhores porque ganhou anos mais extensos de concessão e a Light não. Alega também que a Guinle e Cia teria oferecido preços baixos em Niterói para ganhar a concorrência. Portanto, faz crítica à fala de Gabriel Osório de Almeida, dizendo que o Conselho Diretor não poder aceitar seu discurso como base de decisão. Revista nº 21 de 1910.

dele, pois como afirmou Gabriel Osório de Almeida “se o Conselho Diretor aprovar um parecer positivo para o estudo do professor Morize, será a homologação do preço”.¹⁸

Em 1908, a partir das relações estabelecidas entre o Clube de Engenharia (um aparelho da sociedade civil) e o Ministério da Indústria, Viação e Obras Pública (uma agência da sociedade política), também observa-se o papel do Clube como definidor de algumas competências no que se refere à questão da energia.

Em 20/01/1908, o Ministro Miguel Calmon, titular da pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, solicitou ao Clube de Engenharia que organizasse um comitê destinado a representar o país na Internacional Electrotechnical Commission (IEC), fundada em Londres em 1906, com objetivo de promover a unificação da nomenclatura sobre grandezas e unidades elétricas e realizar a classificação dos aparelhos e máquinas elétricas.

Assim, por delegação do governo federal, o Clube de Engenharia patrocinou a criação do Comitê Eletrotécnico Brasileiro. Esta comissão foi formada em 1908, constando de quatro professores: Henrique Morize, Oto de Alencar Silva, Daniel Hemninger e Eugène Tisserandot, além do empresário Eduardo Guinle.

Na sessão de 16/11/1908 é também explicitada a vontade do ministro da Viação que pede ao presidente do Clube de Engenharia que nomeie uma comissão para enviar um parecer sobre a conveniência do Brasil aceitar o convite de participar da criação de uma instituição internacional que regulasse as relações entre a IEC e os comitês fundados em diversos países.¹⁹

¹⁸ Ata da Sessão de 12/02/1906. Revista nº21 de 1910 p. 61. Tentam mostrar que a Guinle & Cia podia oferecer energia elétrica para iluminação na cidade do Rio por um preço muito mais baixo, e que a Light poderia fazer o mesmo. Parecem estar querendo evitar um aval do Clube para uma tarifa que seria extremamente vantajosa para a Light. É importante ressaltar que o Clube de Engenharia não se posicionou nesta questão, deixando de fixar o preço numérico para aqueles preços. É também importante ressaltar que neste período a Guinle&Cia, apesar das inúmeras concessões obtidas pela Light, no Distrito Federal, tinha a pretensão de conseguir reverter esse quadro, apoiando-se no decreto municipal nº 1001(1904) e no decreto federal nº 5.407 (1904). O primeiro proibia a concessão de privilégio exclusivo sobre qualquer aplicação de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro, e declarava que as licenças para tal fim poderiam ser dadas a mais de uma pessoa; e o segundo, permitia ao governo federal contratar qualquer empresa para fornecer energia elétrica aos serviços sob seu controle e garantia que os excedentes de energia produzidos por essas empresas poderiam ser empregados na lavoura, indústria ou para outros fins, com autorização do governo federal.

¹⁹ Ata da 62ª sessão do Conselho Diretor de 16/11/1908, Revista nº 26 de 1913, p. 218, 221-223.

No ano de 1911, nas sessões do Conselho Diretor, foi discutida a formação de uma comissão para o estudo da regulamentação das instalações elétricas, atendendo a proposta de Rodovalho Marcondes dos Reis. O Clube criou uma comissão abrangendo: distribuição de energia elétrica, iluminação, relação de direitos entre empresas e particulares, tração elétrica e, finalmente, viação urbana. Justificando sua proposta na sessão de 1º de agosto, Rodovalho diz que há “necessidade de se marcar as esferas de jurisdição municipal, estadual e federal em matéria de concessão de instalações elétricas”.²⁰ Após discussões, em 16/08/1911, o presidente propôs a nomeação de uma comissão para formular as bases da regulamentação proposta, formada por: Fábio Hostílio, Oto Alencar, José Agostinho, Álvaro Rodovalho e Miranda Ribeiro. Também, em 1911, nova proposta foi lançada objetivando solicitar ao governo federal a nomeação de uma comissão, integrada de cinco engenheiros e dois juristas, e encarregada de duas tarefas: 1) propor projeto para aproveitamento das forças hidráulicas do país e instalação de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão; 2) organizar os regulamentos relativos às condições técnicas de distribuição de energia elétrica em baixa e alta potência nas cidades e vilas do país, vias públicas, etc. Este grupo queria, com esta proposta mais incisiva, que o presidente Paulo de Frontin nomeasse pessoas capazes de fazer os regulamentos e pressionasse os órgãos oficiais a adotá-los.

O Conselho Diretor resolveu consultar a comissão nomeada em agosto de 1911. Esta, no entanto, não conseguiu “colaboração” de Oto de Alencar Silva, na época inspetor-geral de iluminação e fiscal do governo federal junto à Light & Power, e ainda respondeu que a Inspetoria Geral tinha plena e exclusiva competência para tratar do assunto.

Portanto, a partir das três questões levantadas por nós, baseadas na leitura de algumas atas das sessões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia – o debate sobre o preço justo para a iluminação na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo diretamente os discursos de Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street; a solicitação do ministro da Viação para a criação de

²⁰ Ata da 112ª sessão do Conselho Diretor. Revista do Clube de Engenharia, n°28. pp. 191-196.

um Comitê para atuar junto ao IEC; e na questão do debate sobre a regulamentação da energia elétrica -, deixam claro o papel exercido pelo Clube de Engenharia como um espaço de debates, principalmente de questões técnicas do seu campo de trabalho, mas também um canalizador das demandas dos setores industriais, e que tinha intenções de que suas demandas fossem inscritas nas políticas governamentais. Tentamos também mostrar a existência de conflitos dentro do próprio aparelho privado de hegemonia – o Clube de Engenharia-, em que diversos segmentos ou setores do corpo profissional da engenharia rivalizavam pela obtenção da hegemonia sobre a principal instância decisória do Clube – o parecer do Conselho Diretor.